

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O ESTUDO DAS ORGANIZAÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES

ROSANA JUÇARA DE SOUZA REIS
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O ESTUDO DAS ORGANIZAÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES

1. INTRODUÇÃO

As representações sociais trouxeram para as ciências sociais um outro olhar paradigmático, por considerarem como conhecimento válido o conhecimento do senso comum estruturado, construído nas interações sociais, capaz exercer influência sobre comportamentos e condutas de indivíduos e grupos (MOSCOVICI, 2003).

Uma consulta a base de dados SPELL permitiu identificar 58 artigos produzidos no Brasil sobre realidades organizacionais, sob a lente das representações sociais (RS). Com a primeira produção nessa base datadas de 2001 e a última de 2020, a frequência dos estudos tem mostrado uma certa regularidade, com aproximadamente 50% das publicações veiculadas na última década. Vários são os objetos de representação social nesses estudos, com uma produção mais concentrada em torno de trabalhadores, alunos de administração e gestores, porém com uma forte pulverização em torno de vários temas. Outro aspecto notado nos artigos, trata-se das abordagens de RS sob as quais os estudos foram realizados, por vezes tratadas de forma pasteurizada, como se não houvesse distinções entre elas e, conseqüentemente, ausência de especificidades metodológicas. A análise dos artigos, mostrou ainda que uma discussão mais aprofundada sobre a importância de analisar as organizações sob o olhar paradigmático das RS parece não ter recebido ainda a atenção dos pesquisadores.

Este artigo se propõe a apresentar as diferentes abordagens de RS - a) **Interacionista** – conceituada por Serge Moscovici; b) **Cultural** – abordagem introduzida por Denise Jodelet (2015); c) **Estruturalista** (escola de Aix em Provence), Jean-Claude Abric e os parceiros Flament e Vergès; e d) **Societal** (escola de Genebra) – Willen Doise. Traz ainda o processo de construção das RS, e por fim, reflexões sobre o potencial e limites das RS no âmbito dos estudos organizacionais.

2. AS PRINCIPAIS ABORDAGENS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Os estudos sobre RS surgem na década de 1960, sob a perspectiva interacionista, defendida por Moscovici. Em seguida outras abordagens surgem: **Cultural** – abordagem introduzida por Denise Jodelet (2015); **Estruturalista** (escola de Aix em Provence), Jean-Claude Abric e os parceiros Flament e Vergès; e a Societal (escola de Genebra) – Willen Doise. Na sequência destacamos o que consideramos pontos chave de cada uma dessas abordagens.

2.1 Da representação coletiva a representação social a proposta de Moscovici

Ao final do século XIX, Émile Durkheim iniciou os estudos sobre representação, a qual nominou de “representação coletiva”, isso porque considerou as peculiaridades do pensamento social sobre o individual, uma vez que para ele a representação individual tratava-se de um fenômeno apenas psíquico e a representação coletiva não poderia ser limitada a um conjunto das representações individuais (MOSCOVICI, 1978). Para Durkheim, o indivíduo não tinha agência sobre o meio social, porém os traços sociais moldavam o indivíduo em sua realidade (MOSCOVICI, 1978; GERARD DUVEEN, 2003).

O fato é que Durkheim compreendia que as representações coletivas tinham por objeto a uniformidade e regularidades do pensamento social em qualquer sociedade. Ele entendia como aprendizado inerente à coletividade e que, com o tempo tornar-se-ia parte intrínseca e

sedimentada na sociedade, a exemplo de: religião, mito, tempo, espaço. Utilizava os fenômenos da representação coletiva para consubstanciar conceitos de forma que era possível o mesmo comportamento e pensamento em qualquer sociedade, utilizando assim de generalizações em abrangência às sociedades, além de ser estática e de uma natureza cristalizada (RATEAU et al, 2012; MOSCOVICI, 1978, 2003; NÓBREGA, 2003; JODELET, 2003).

Durkheim insistia nessa condição de representações coletivas devido ao que ele entendia como uma coerção sobre os indivíduos, o que condicionava a todos a pensarem e a agirem de maneira homogênea, e isso estava além do indivíduo, por isso as representações coletivas são estáveis e de fácil reprodução (MOSCOVICI, 1978, 2003; NÓBREGA, 2003; MOSCOVICI; DOISE, 1992). A representação coletiva é a identificação de como um grupo pensa de si próprio, e de como é sua relação com os objetos que os representam e os interessam (JODELET, 2018).

Contrário ao posicionamento positivista e generalista de Durkheim, Moscovici cogitou a proposição em considerar em ‘fenômeno’ o que, anteriormente, era considerado “conceito” e traz para Psicologia social uma nova percepção de realidade traduzida em Representação Social (MOSCOVICI, 2003). Para sintetizar, o autor afirma que:

Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo "social" em vez de "coletivo" (MOSCOVICI, 2003, p.48).

Moscovici utilizou a lacuna teórica deixada por Durkheim no que diz respeito a interação do indivíduo com a sociedade. Moscovici persistiu na ideia da possibilidade de geração do conhecimento científico embasado na concepção do senso comum, e interpretação aos fatos sociais, modificando a concepção da realidade. Tal processo ocorre como consequência da relação indivíduo-sociedade, sujeito-objeto, interno-externo, e cuja relação é indissociável (MOSCOVICI, 2003; NÓBREGA, 2003).

Moscovici (2003) tinha interesse em compreender a diversidade de ideias na sociedade moderna por meio das RS e, que ao estudá-las, estudava o indivíduo e sua busca por respostas em compreender o todo que o circundava; o seu existir; seus enigmas centrais; e não compreender o seu comportamento apenas.

As representações coletivas, reconheceu Moscovici, não tinham espaço suficiente na interação do indivíduo com o objeto, tomando assim a iniciativa de tratar das RS ao invés de coletivas. Essa mudança não foi apenas na nomenclatura, mas também na ótica da estrutura da representação, considerando dois elementos. Primeiro, ele reconhece que as representações não são produto da sociedade, mas sim dos grupos que formam a sociedade. Segundo, que a forma de difundir as representações no contexto social é através da comunicação e linguagem (MOSCOVICI, 1978; RATEAU et al., 2012).

Moscovici (2003) afirma que as RS surgem ou são criadas na interação dos indivíduos, durante o processo de comunicação e cooperação mútua. O que significa que elas não são concebidas quando o indivíduo estiver isolado socialmente. Uma vez que o autor admite que a realidade é estabelecida a partir do que é aceito socialmente como realidade.

A representação tem em sua composição elementos que se expressam e comunicam, a exemplo de figuras, imagem e linguagem, a qual pode ser uma representação de alguém ou de algum objeto, Moscovici compreende que,

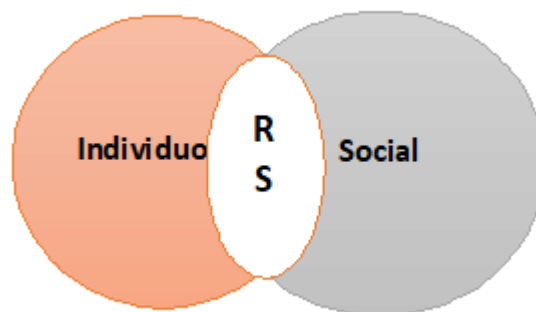
[...] por representações sociais queremos indicar um conjunto de conceitos, explicações e afirmações interindividuais. São equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; poder-se-ia dizer que são a versão contemporânea do senso comum (1984, p.181).

Em outras palavras, percebe-se que as RS são fundamentadas e estruturadas a partir do senso comum, e trazidas de maneira consensual, sendo a forma de compreensão e percepção do indivíduo e objetos. Além do que, quando um ‘objeto’, seja pessoas, ou acontecimentos, ou qualquer outra coisa, for compartilhado numa sociedade, esse ‘compartilhar’ caracteriza uma representação social (MOSCOVICI, 2003)

Representação social é a intercalação de sinal e reprodução de um objeto valorizado socialmente. Para Moscovici (1978, p. 26), “uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam”. Ou seja, a RS antecede ao comportamento e, contribui para moldá-lo e defini-lo, pois ela é “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 26).

Diferentemente de Durkheim, a representação social, sob a ótica de Moscovici, não pode ser compreendida como processo cognitivo individual, por ser produzida durante o ‘intercâmbio’ nas relações sociais. Ela é construída na relação sujeito-objeto, logo, não existe representação social sem esses dois elementos (MOSCOVICI, 1978, 1979; NÓBREGA, 2003).

Figura1: Representação Social como intersecção



Autor: elaborado pela autora com base em Nóbrega (2003)

A figura 1 descreve a relação indivíduo e o meio social considerando que o objeto (pessoa, mito, crença etc.), durante esse momento de intercâmbio, constrói as RS, resultado da intersecção indissociável entre o indivíduo e o social tendo o objeto como mediador.

Essa relação entre objeto e indivíduo faz parte das atividades psíquica do sujeito quanto ao objeto. As representações têm como lastro as influências sociais que ratificam a construção da realidade na vida de grupos ou de indivíduos, em seu cotidiano. Elas se cristalizam por meio de elementos da fala, das relações, e agem como conector que liga os indivíduos e/ou grupos com seus pares. (MOSCOVICI, 1978, 1979, 2003; JODELET, 2003).

Apesar de a construção das representações ocorrerem por meio dessa interação, não significa afirmar que todos os grupos sociais e/ou indivíduos partilhem dos mesmos valores, ideologias ou de experiências concretas semelhantes (RATEAU et al., 2012). Isso porque, as RS são formadas com base em conteúdo de um sistema definido de opiniões, crenças de uma determinada cultura a um objeto no seu contexto social, diferentemente de outra cultura.

Há duas funções inerentes nas representações. Primeiro, elas estabelecem tacitamente os objetos de qualquer espécie, sejam, acontecimentos, fenômenos, pessoas. Ou seja, as representações dão forma ao objeto e o categorizam; tornando-se modelo de objetos que possam

surgir posteriormente partilhado entre os indivíduos. Isso consiste em afirmar que, qualquer objeto deve se encaixar em um modelo, pois do contrário, corre o risco de não ser compreendido nem codificado pelos grupos (MOSCOVICI, 2003).

Segundo, as representações são ‘prescritivas’, ou seja, elas se estabelecem como uma força motriz, impondo elementos essenciais que desenvolvem uma estrutura associada a uma tradição conduzindo o indivíduo ao que deve ser pensado, antes disso acontecer (MOSCOVICI, 2003).

Esta influência social é o que torna o caráter das representações dinâmico, o qual surge no contraponto do caráter estático das representações coletivas de Durkheim. Ao tratar as diferenças entre RS de coletivas, percebe-se que características as diferenciam em sua estrutura.

Em sua obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, Moscovici resgata o senso comum como ciência das massas por meio da teoria das representações sociais. O que antes era atribuído conceitos de estranho, excêntrico, desordenado, ele permite atribuir uma lógica que é “organização psicológica autônoma” (MOSCOVICI, 1978, 2003; NÓBREGA, 2003), em que difere como ocorre um saber científico em um outro saber, o do senso comum e vice-versa (BERTONI; GALINKIN, 2017; JODELET, 1989, 2003, 2018;).

E na tentativa de fundamentar sua teoria, ele afirma que,

O essencial é que, se quisermos fazer a ciência dos fenômenos mentais nas sociedades, teremos de identificar o conhecimento produzido em comum e reconhecer a legitimidade de suas propriedades, considerando-se a teoria. Não devemos denegri-la como popular, pré-científica, pois, longe de ser uma pura e simples “imagem” desprovida de função, ela joga um papel essencial, ajudando a determinar o gênero de argumentos e explicações que aceitamos. Ela também não se confunde com uma cópia, uma duplicata de conhecimento científico, sem a sua lógica e sem a sua coerência. Tudo depende, então, do termo comparação escolhido: o veredicto diferirá segundo o que é a física ou a biologia, a medicina ou a sociologia (MOSCOVICI, 2015, p. 16)

Para Moscovici, as RS não são nem homogêneas nem “partilhadas enquanto tais por toda a sociedade” [...], as representações são, portanto, sociais, já que partilhadas, mas não homogêneas, por serem partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social” (NÓBREGA, 2003, p 55-56). Elas são um fenômeno complexo que envolve o objeto, a interação e a estruturação. Tal objeto é estruturado pelo sentido que o indivíduo dá ao objeto durante a interação entre eles, a qual é permeada pela interação com outros indivíduos, independentemente de estarem próximos ou distantes (MADEIRA, 2003).

2.2 Abordagem Cultural das Representações Sociais

Jodelet reforça o conceito de RS trazido por Moscovici, referindo-se ao que caracteriza a forma do pensamento e do senso comum e, compartilhado no grupo, quando afirma que “O termo representação social refere-se aos produtos e processos que caracterizam o pensamento do senso comum, uma forma de pensamento prático, socialmente desenvolvido, marcado por um estilo e uma lógica próprios, e compartilhado pelos membros do mesmo todo social ou cultura”(JODELET, 2006. p. 1003).

Porém, na obra “Loucuras e representações sociais”, Jodelet (2015) desenvolve uma nova abordagem sobre RS, a qual foi nominada ‘abordagem cultural’. Na obra Jodelet trata da relação da comunidade – *Ainay Le Chateau* com doentes mentais (chamados de ‘pensionistas’), trabalhando a figura da alteridade, do diferente e como se deu a construção da representação da ‘loucura’, cuja imagem está diretamente ligada à prática social (JODELET, 2015).

A autora enfatiza que as RS gerenciam as relações dos indivíduos com o mundo e que organizam suas comunicações e condutas. Isto significa que ‘a atenção se desloca das atitudes para os comportamentos’ (JODELET, 2015, p.37). Esse deslocamento para o comportamento, na Psicologia, foi direcionado ao conceito *behaviorista*. O *behaviorismo* se baseava em duas

premissas: estímulo e reações. O indivíduo não participava direta e cognitivamente ao estímulo, por isso era considerado como imparcial na relação; ele apenas respondia aos estímulos. Com o declínio do *behaviorismo*, a partir da década de 70, o indivíduo é posto como coparticipante da equação chamada S-O-R (Sujeito-Objeto-Resposta), que entende o indivíduo como organismo mediador entre o estímulo e a resposta. Posteriormente, outras equações como as representações, o estado psicológico interno dos indivíduos, estruturas mentais passaram a ser consideradas na construção cognitiva ativa, advinda do meio dos fatores individuais e sociais (Jodelet, 1989).

Moscovici tinha posicionamento contrário ao esquema S-R (Sujeito-Resposta), o qual deixa o indivíduo fora da relação. Ele se posiciona, afirmando que: "Não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo)" (MOSCOVICI, 1978, p.9). A representação determina o estímulo e a resposta no mesmo momento, ao mesmo tempo (JODELET, 1989). Jodelet (2003) entende que o conceito que Moscovici trouxe sobre representação, em que determina o estímulo e a resposta concomitantemente, inovou a psicologia social e com isso houve contribuição para reunir as ciências sociais, como a Antropologia, Psicologia, Sociologia, causando uma transversalidade entre elas.

Outra forma de percepção é que as RS são como os sistemas de interpretação, que conduzem a relação dos indivíduos com o outro e com o mundo, nas palavras de Jodelet:

[...] as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 1989, p.35).

Percebe-se que as RS são o produto e processo da atividade que conduzem os indivíduos representarem ou serem representados pelo objeto. O que pode ser um evento social, uma pessoa, uma coisa, ou um fenômeno natural, imaginário, etc., logo não há representação sem objeto (JODELET, 1989, 2003, 2006; MOSCOVICI, 1978, 2003).

A representação ocupa o lugar do objeto assumindo sua simbolização, ou da interpretação quando dá significado ao objeto. No conceito da abordagem cultural das representações há presença de elementos que permitem a construção dessas representações, bem como de sua circulação no meio social, elas se referem à:

- a) cultura (seus valores, normas, modelos de pensamento e ação, invariantes);
- b) linguagem e à comunicação interindividual, institucional e midiática;
- c) sociedade da qual ela deriva pelo compartilhamento e vínculo social, e que a determina pelo contexto ideológico e histórico;
- d) inscrição social do sujeito, ou seja, sua posição, seu lugar e sua afiliação;
- e) restrições do tipo de organização no bojo da qual a atividade do sujeito se realiza (JODELET, 2018, p.433).

Diante destes pressupostos, Jodelet (1986) declara que as RS são produzidas por meio de alguns processos e atividades: a) as RS estão ligadas à atividade cognitiva do indivíduo, sob duas dimensões: “contexto” e “pertencimento”. A primeira dimensão diz respeito ao indivíduo e sua interação com o meio social, bem como dos estímulos desse intercâmbio. A segunda – “pertencimento”, refere-se à atuação do indivíduo como parte de seu meio social e como ele coopera ou intervém na construção das ideias, dos valores e na disseminação/transmissão dessas ideias na sociedade (JODELET, 1986); b) da atividade representativa, isto é, o indivíduo produz o significado da representação e o significado de sua experiência ao mundo social decorrente da codificação e interpretação da sociedade; c) surgimento em forma de discursos originados de prática discursiva na sociedade; d) o indivíduo, como ator social, produz a representação identificando as normas institucionais; e) dinâmica das representações – os grupos modificam

as representações que têm de si mesmos, além dos outros grupos; e f) as representações são baseadas nos padrões de pensamento social já estabelecidos, ou nas relações sociais semelhantes (JODELET, 1986).

Toda essa construção deriva do compartilhamento do significado das representações entre os indivíduos e/ou grupos. O que significa afirmar que o compartilhar, na visão de Jodelet (2003), é uma afirmação simbólica do que é compatível, que identifica e produz pertencimento, ocorrendo antes mesmo da comunicação. A autora reitera que “partilhar uma ideia, uma língua, também é afirmar um liame social e uma identidade” (JODELET, 2003, p.73). Além disso, assegura que “as representações intervêm na ação no mundo social, na medida em que essa ação se fundamenta no conhecimento que os atores sociais têm desse mundo e de sua própria posição” (JODELET, 2016, p. 1267).

Essa abordagem está diretamente ligada ao processo de RS no contexto social e comunicativo de um grupo, o que é vinculada por meio da interação dos indivíduos e seus grupos com seus respectivos ambientes. É nesse contexto, pela importância da linguagem e conjunto de ideias que permitem a codificação das representações, e é por meio das interações dos indivíduos e no meio social que as representações são produzidas (JODELET, 2006; MOSCOVICI, 1978; RATEAU; MONACO, 2013).

2.3 Abordagem Estruturalista ou Modelo Estrutural

Esta abordagem segue o mesmo rito das abordagens anteriores. Ela reconhece que a representação social é um conjunto estruturado e organizado de informações, o qual é constituído de opiniões, crenças e atitudes. Além de reconhecer que a representação é construída no contexto social e na interação dos indivíduos e/ou grupos. (ABRIC, 2001; JODELET, 2016, 2006, 2003; NÓBREGA, 2003; MOSCOVICI, 1978; RATEAU et al., 2012).

Partindo desse pressuposto, não haveria diferenciação entre as abordagens interacionista, cultural e estruturalista, não fosse o fato de Jean-Claude Abric e Claude Flament (2001) elucidarem que, além dessas características, as RS possuem um sistema sociocognitivo específico. Sistema com um papel de desenvolvimento específico, o qual se subdivide em dois subsistemas. Eles os denominaram de: Sistema Central (Núcleo Central) e Sistema Periférico ou conhecido como “teoria do núcleo central” (ABRIC, 1993, 2001; JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2003; NÓBREGA, 2003; RATEAU et al., 2012).

Quanto ao “núcleo central” Abric (2001, p. 97) o reconhece como elemento ‘duro’ quando assegura que “toda representação é organizada em torno de um núcleo central. Este núcleo é o elemento fundamental da representação, pois é ele quem determina ao mesmo tempo a significação e a organização da representação”. A ideia é que as representações são compostas por elementos cognitivos e estáveis – seu núcleo central, o qual é um conjunto de crenças consensuais e indispensáveis na construção das RS e que, entorno há outros elementos cognitivos ordenados – os periféricos. (DOISE et al., 2003; MOSCOVICI, 2003).

As RS são estruturadas pelos sistemas mencionados, possuem duas características que as definem. Elas são rígidas e flexíveis (estáveis e ao mesmo tempo se movimentam), também são consensuais, porém, possuem diferenças interindividuais relevantes. Isso significa que, as RS são paradoxais na sua estrutura por ter em sua essência elementos que se opõem, todavia, se completam mutuamente (ABRIC, 1993).

Esse paradoxo está presente tanto na estrutura das RS, quanto no seu funcionamento, que é decorrente de dois requisitos: a Organização interna e os Processos de transformação. A primeira é estruturada pelo Núcleo Central e os elementos Periféricos, cada um com papel específico e diferenciado na construção das representações. A segunda, trata-se de como ocorre as possíveis mudanças nas representações, a depender da situação ser reversível ou não (ABRIC, 1993; JODELET, 2006).

O sistema central é composto pelo 'núcleo central', constituído de propriedades que gerenciam a construção de uma representação. Essa constituição origina-se dos valores relacionados ao objeto e o compartilhar entre os indivíduos e, esse compartilhamento não incorre na homogeneidade de grupos direcionados ao objeto. Porém, o fato de atribuir os mesmos valores ao núcleo da representação permitirá que cada grupo enxergue o objeto de maneira consensual (ABRIC, 2001; JODELET, 2016; RATEAU; MOLINER e ABRIC, 2012).

O núcleo central apresenta características na sua formação que evidencia aspectos que ele

- a) está diretamente ligado e determinado por condições históricas, sociológicas e ideológicas; b) é fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas a que se refere; c) constitui, então, a base comum compartilhada coletivamente das representações sociais. Sua função é consensual. A homogeneidade de um grupo social é alcançada e definida através dele (núcleo central); d) é estável, coerente, resiste à mudança e assume como uma segunda função, uma de continuidade e consistência da representação; e) é relativamente independente do contexto social e material imediato em que a representação se destaca (Abric, 1993, p.76).

O núcleo central, por meio de suas funções, estabelece o significado das RS e repassa esse significado aos indivíduos ou grupos. Ele organiza e promove a estabilidade das representações, promovendo consistência e permanência, o que implica na resistência às mudanças ou alterações. (ABRIC, 2001; NÓBREGA, 2003; RATEAU et al., 2012).

Abric (2001, p. 82) assegura que “qualquer modificação no núcleo central implicaria uma transformação completa da representação”. A possibilidade dessa modificação é permeada pelo sistema periférico por tratar-se de elemento entorno do núcleo central, a fim de proteger o núcleo das pressões de alterações.

Posto isso, o sistema periférico é o inverso do central. É flexível e tem o papel essencial de tornar concreta a representação; de regulamentar e orientar comportamentos, além de proteger e personalizar o núcleo central. Ele é funcional e dá às representações as condições de se estabelecerem na realidade, pois age como conexão entre a realidade concreta e o sistema central. O sistema periférico é o receptor das novas informações e fenômenos que tentam modificar o núcleo central das representações (ABRIC, 1993, 2001; RATEAU et al., 2012).

É responsável por adaptar uma representação em contextos sociais por meio de três funções essenciais:

- a) Concretização do sistema central - em termos de tomar uma posição ou curso da ação. [...] é muito mais sensível e determinado pelas características do contexto imediato. Constitui a interface entre a realidade concreta e o sistema central.
- b) Flexível, [...] a regulação e a adaptação às restrições e características do sistema à situação concreta que o grupo está enfrentando. É um elemento essencial dentro dos mecanismos de defesa, visando proteger o significado central da representação. É o sistema periférico que primeiro absorve novas informações ou eventos capazes de desafiar o núcleo central
- c) [...]Permite uma determinada modulação individual da representação. Sua flexibilidade permite a integração na representação de variações individuais ligadas à própria história dos sujeitos, experiências pessoais e factuais. Permite elaboração de representações sociais individualizadas que, no entanto, são organizadas em torno de um núcleo central comum (ABRIC, 1993, p.77).

Essas tentativas de interferências em provocar modificação nas representações procedem das novas práticas contraditórias às já existentes e desenvolvidas pelos indivíduos.

No entanto, os novos e antagonísticos elementos só serão incorporados na representação através do processo de transformação do sistema periférico, ainda que o núcleo central permaneça estável e sem alterações (ABRIC, 1993).

O quadro abaixo descreve as diferentes características entre os Sistemas Central e Periférico, apesar de serem divergentes, eles se completam, ao mesmo tempo.

Quadro 2: Características do Sistema Central e do Sistema Periférico de uma representação

Sistema Central	Sistema Periférico
Vinculado/ Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração de experiências individuais e histórias passadas
Consensual - define a homogeneidade do grupo	Apoia a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente, rígido	Flexível. Carrega contradições
Não é muito sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: <ul style="list-style-type: none"> · gera a significação da representação · determina sua organização 	Funções: <ul style="list-style-type: none"> · Permite adaptação à realidade concreta · Permite diferenciação de conteúdo · Protege o caule central

Fonte: Abric (1993)

2.4 Abordagem Societal ou Modelo Sociodinâmico (escola de Genebra)

A abordagem societal das RS originou-se da perspectiva da Psicologia societal, em que Doise (2002) assegura que o objetivo era estudar como os indivíduos pensam, se relacionam e atuam uns com os outros. Além disso, a psicologia societal é o instrumento que indica como o indivíduo se orienta e utiliza os recursos ou a maneira de se conduzir, interagir e conviver em sociedade

Doise afirma que a psicologia societal foi resultado dos estudos de Moscovici (1978) da Teoria das Representações Sociais; decorrente da justaposição dos sistemas cognitivos dos indivíduos com os sistemas societais e relacionais (grupos). (ALMEIDA, 2009; DOISE, 2002).

Para simplificar o entendimento quanto ao objetivo da psicologia societal, Doise (2002) propôs quatro níveis de análise de como os indivíduos estabelecem suas experiências com o meio social.

O primeiro nível corresponde ao estudo dos **processos intra-individuais** – os indivíduos alinham suas experiências com o meio em que vive. O segundo trata em delinear os **processos interindividuais** e situacionais; neste nível os indivíduos são intercambiáveis e interativos com seus pares e meio ambiente. Quanto ao terceiro nível, corresponde aos **papeis sociais que os indivíduos exercem** e ocupam na sociedade e nas relações. Essas camadas de status sociais modulam os dois níveis anteriores. E por fim, o quarto nível reporta-se ao sistema de crenças, ideologias, normas sociais, opiniões, interesses e RS, e essas especificidades contribuem para o comportamento do indivíduo.

O autor declara que “as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais” (DOISE, 2002, p. 28).

Tal afirmação indica que, compreender as diferenciações entre povos, culturas, interesses e percepção sensorial de mundo dentre outras sociedades, contribui para enriquecer o conhecimento sobre o outro, condicionando à adaptação ao outro e à sobrevivência. O que do contrário, sem essa compreensão e adaptação ao outro, implicaria em um isolamento que segue na contramão do curso natural da interação social, dos relacionamentos grupais em qualquer nível, seja políticos, econômicos ou das ideias (DOISE, 2002).

É nessa relação de troca entre os indivíduos e grupos que as representações são imprescindíveis, naturalmente construídas e estabelecem a realidade social. Durante essa

dinâmica social, as representações surgem e são vistas, e quando produzidas por meio de conteúdos significativos e específicos, elas geram status que se incorporam ao social dos indivíduos (RATEAU; MONACO, 2013).

Doise em parceria com Alain Clémence e Fábio Lorenzi-Cioldi propõem um esquema teórico com o objetivo de definir RS como “princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos” (DOISE, 2002, p.30), em que lançam mão de três hipóteses.

1. [...] diferentes membros de uma população partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social;
2. [...] refere-se à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo das representações sociais;
3. [...] considera a ancoragem das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas, como as hierarquias de valores, as percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e as experiências sociais que eles partilham com o outro. (DOISE, 2002, p. 30)

A proposta trata das RS como construídas nas relações e comunicações a partir de pontos de vista comuns em termos simbólicos. Doise (2002) atribui a condição que as interações sociais podem favorecer o desenvolvimento e/ou aparecimento de operações cognitivas, e que elas têm como fonte o indivíduo, atribuindo às representações um aspecto mais sociológico. Além disso, as RS ‘como’ e ‘porque’ são feitas as escolhas dos indivíduos nas diferentes variações durante a tomada de decisão.

E finalmente, a abordagem societal é embasada na ancoragem, elemento que aproxima o familiar ao não-familiar, proporcionando aproximação entre os grupos e seus distintos status (ALMEIDA, 2009; DOISE, 2002). Foi “a questão das relações mantidas entre posições sociais e RS que levaram Doise (2001) a considerar a ancoragem de Moscovici como referência à inscrição do objeto de representação em um conjunto de relações. simbólico e social” (RATEAU; MONACO 2013, p. 11).

É esta abordagem societal que propõe um modelo teórico, o qual tem o objetivo em aliar as duas vertentes: a complexidade das RS e inseri-las no contexto social e no mundo das ideias dos indivíduos, ou seja, no contexto ideológico plural (RATEAU; MONACO, 2013).

3. DO ESTRANHO AO FAMILIAR – CONSTRUINDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Partindo do pressuposto em que Moscovici define RS, entende-se que elas têm por objetivo tornar o que é, ou parece ser, ‘estranho’ em ‘familiar’. Ou ainda, é a não-familiaridade ou algo não-familiar transformado em familiar para a sociedade.

Aquilo que não é familiar tem possibilidade de provocar desconforto e causar estranheza, como afirma o autor: “[...] o medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado. [...] E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que ‘não é exatamente’ como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ele ameaça a ordem estabelecida” (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Isso ocorre quando o objeto não possui algo familiarizado ou comum, e que o torne representativo e aceitável numa sociedade. O objeto não-familiar àquela sociedade deve passar por ‘transformação’ para aproximar-se do que seja familiar, e assim tornar-se aceito e representativo para os indivíduos daquela comunidade (MOSCOVICI, 1978).

Para que haja essa transformação, é necessário buscar identificar a característica não-familiar do objeto e como essa característica aflorou, em que momento ocorreu nesse ambiente

social e, portanto, depreende-se que cada cultura tem seus respectivos meios em transformar suas representações em realidade na sociedade (MOSCOVICI, 1978, 2003).

Transformar qualquer objeto, seja ele uma palavra, uma pessoa, uma ideia ou outra coisa qualquer, em familiar não é tarefa simples de ser cumprida, pois isso envolve disposição e adequação em conduzi-lo a um contexto familiar: ao transformar o não ‘afeiçoado’ em afeiçoado; o distante em próximo; o inapropriado em apropriado a um grupo ou a indivíduos.

Diante desse desafio, são necessárias duas ferramentas que dão consistência à criação das RS, e ambas se complementam, são elas: a Ancoragem e a Objetivação (MOSCOVICI, 1978, 2003; JODELET, 2003). Em trabalho conjunto, elas têm como objetivo transformar o “não-familiar” em “familiar”, ou seja, trazer as representações do senso comum e torná-las compreensíveis pela ciência.

Ancoragem

A primeira, a Ancoragem, tem a função de ajustar o objeto estranho, o não-familiar, às categorias e imagens que são comuns ao contexto social e torná-lo aceitável e incluído em um contexto familiar e ideacional na sociedade. O papel da ancoragem é classificá-lo e nomeá-lo ao sistema particular de um grupo, posto que, qualquer categorização tem como objetivo trazer o inexistente à existência e de aproximá-lo de um grupo, e isso demanda superar a resistência que o grupo ou indivíduos tenham do desconhecido (JODELET, 2003; MOSCOVICI, 1978).

Moscovici (2003) compreende que a ancoragem tem a função de transformar um objeto estranho que causa espanto e que incomoda o ambiente particular, se desviando do habitual. Para isso, a ancoragem compara esse objeto estranho com o paradigma de categorias conhecidas, ajustando-o às características e, assim, torná-lo próximo e familiar. Na realidade, o que ocorre é que esse objeto antes excêntrico e perturbador, recebe uma identidade social, que dantes não havia (DOISE, 2001).

Jodelet (2003) afirma que a ancoragem influi sobre o desenvolvimento e construção das representações de duas formas, sendo:

1. [...] a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência. [...] a ancoragem tem um papel decisivo essencialmente naquilo que realiza sua inserção no sistema de acolhimento nacional, um já pensado. [...] o pensamento constituinte apoia-se no pensamento constituído para incluir a novidade nos quadros antigos, no já conhecido (p.73).
2. [...] a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para interpretação e gestão do ambiente. e então se situa em continuidade com a objetivação. A "naturalização" das noções lhe dá valor de realidades concretas diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros (p.73-74).

A ancoragem, também, possui três condições estruturantes, as quais estão organizadas em: 1. Atribuição de sentido; 2. Instrumentalização do saber e; 3. Enraizamento no sistema de pensamento.

Em cada uma delas há uma significância que caracteriza a estrutura da ancoragem, a saber: a primeira direciona ao enraizamento do objeto e sua representação dentro de um grupo ou sociedade, em que são considerados os valores culturais existentes e sua hierarquização. Nomeada de “rede de significações”; ou “princípio de significação”, ou seja, fixa a marca cultural na representação (NÓBREGA, 2003).

A segunda, a instrumentalização do saber, refere-se ao valor que a representação obtém e torna-se em saber útil para os indivíduos, o que permite a esses compreenderem a realidade e o mundo. A terceira, o enraizamento no sistema de pensamento é a possibilidade da coexistência de fenômenos opostos que contribuem para construção de novas representações, chamado de

“incorporação social da novidade” atrelada à “familiaridade do estranho” (NÓBREGA, 2003, p.70).

Percebe-se que a ancoragem é um elemento integrador que conduz o objeto desconhecido a um “universo do pensamento pré-existente” (JODELET, 2003, p.45), e assim insere o estranho ou não-familiar no ambiente social e ideacional.

A ancoragem interfere na formação das representações de duas formas: Em primeiro lugar, ela consolida a representação e o objeto utilizando um conjunto de significações que conduzem aos valores sociais, e nesta condução, lhe atribui coerência. Além de consolidar, a ancoragem é, também, um agente decisivo na inserção e acolhimento nacional, em outras palavras, é um pensamento que toma por base outro pensamento já estabelecido para inserir algo novo no objeto já conhecido (JODELET, 2003).

Em segundo lugar, a ancoragem tem papel de promover o saber, além de fornecer meios para interpretação e gestão do ambiente, implicando na familiarização que se torna um processo construtivo da ancoragem alinhada à objetivação.

O elemento ancoragem é visto como a “atribuição de significação dos objetos sociais construídos pelos sujeitos” (NÓBREGA, 2003, p. 69), o qual está diretamente ligado à objetivação, mantendo um diálogo e desta forma construindo a representação social. Essa construção é evidenciada e embasada por três funções: 1. Incorporação do estranho ou do novo; 2. Interpretação da realidade e; 3. Orientação dos comportamentos. É nesse contexto que Moscovici declara: “Se a objetivação explica como os elementos representativos de uma teoria se integram enquanto termos da realidade social; a ancoragem permite compreender a maneira na qual eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais” (MOSCOVICI, 1979, p. 123). Moscovici (2003) entendia que classificar ao inclassificável e dar nome ao inominável é a capacidade que o indivíduo tem de não só imaginar o objeto, mas também, de representá-lo. E neste cenário, a ancoragem é o vetor que assimila a ‘novidade’ surgida ao que já existe e é familiar (JODELET, 2003, 2018).

Desta forma, esse processo de assimilar o novo e enraizá-lo ao pensamento do indivíduo e/ou grupo, sugere como as informações são integradas. Jodelet reitera:

A ancoragem, como enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto de conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nelas reincorporadas, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e de ação (2015, p. 48)

É a partir desta classificação ou categorização, a qual conduz a imaginar e representar o objeto, que o segundo elemento formador da representação social entra como lastro neste processo – a Objetivação.

Objetivação

O seu papel é dar corpo ao que ainda é abstrato, construindo a concretude desse objeto e lhe dando uma imagem. Para Moscovici (2003, p. 71) a “Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”. Desta forma, ocorre a materialização do que antes era desconhecido, abstrato e não-familiar; e esta materialização decorre do pensamento e da fala dos indivíduos e/ou grupos.

A objetivação é a corporificação do objeto, “é reproduzir um conceito em uma imagem” (ibidem, p. 72) e aliada a ancoragem geram uma representação social. Esta materialização do pensamento, do abstrato em concreto, é a característica mais enigmática do pensamento e da fala (MOSCOVICI, 2003; NÓBREGA, 2003).

“Objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as e, desse modo, distanciar-se com relação às mesmas. É também, transplantar para o nível da observação o que não fora senão inferência ou símbolo”, declara Moscovici (1978, p.108). É trazer a concretude e tornar visível o que antes era abstrato e sem forma, corporificar os pensamentos e dar forma a eles, e isso ocorre quando os indivíduos transformam um conceito, um pensamento em uma imagem (RATEAU; MONACO, 2013; NÓBREGA, 2003).

A objetivação serve de agente integrador da ‘novidade’ que surge e a incorpora nas estruturas da ação cotidiana (JODELET, 2018). Ela, também, é responsável pela passagem do plano das ideias e/ou conceitos para a concretização das imagens e esquemas (RATEAU; MONACO, 2013; MOSCOVICI, 1978, 1979).

O processo da objetivação na representação social é tomar um conceito e identificar o teor da categoria icônica que o reproduz com precisão. Além de consubstanciá-lo em uma imagem, pois o ícone torna-se um signo visual que representa o objeto (MOSCOVICI, 2003). Na visão de Jodelet (2003, 2015), a objetivação passa por uma decomposição, que ela classifica em três fases, cujo resultado é o sentimento de pertencimento social, que ocorre quando os indivíduos selecionam os elementos que comporão sua representação social, como afirma: “Este processo se decompõem em três fases: “Construção seletiva - esquematização estruturante - naturalização”, onde as duas primeiras, sobretudo, manifestam, [...] o efeito da comunicação e das restrições, ligados ao pertencimento social dos sujeitos, na escolha e agenciamento dos elementos constitutivos da representação (JODELET, 2003, p.73)

Cada uma dessas fases é trazida por Jodelet, da seguinte forma: 1. Construção seletiva - trata-se do mecanismo que os indivíduos utilizam para selecionar componentes de maior circulação, utilizando os critérios culturais e os critérios normativos já estabelecidos. 2. A esquematização estruturante é, também, chamada de ‘núcleo figurativo’ sendo a parte central da representação. E por fim, 3. A naturalização corresponde ao momento em que os elementos que formam o pensamento se concretizam em realidade tangível passando a ser corporificado. É como uma realidade que antes era uma abstração (JODELET, 1986, 2003; MOSCOVICI, 1978 NÓBREGA, 2003). Rateau e Monaco (2013, p.8) declaram nesse contexto que “estamos presenciando uma ‘coisificação’, uma ‘Reificação’ ou até uma ontologização do conceito que se torna um elemento, um ser da realidade”.

Retomando a Esquematização Estruturante, especificamente, essa corresponde a um ponto relevante da representação social, pois é responsável por apresentar o “núcleo” da representação, o qual é denominado de “figurativo” ou “central”. O núcleo da representação foi nominado por Moscovici por “núcleo figurativo”, em que o autor define que as imagens reproduzem um conjunto de ideias. Segundo ele, “As imagens que foram selecionadas, devido a sua capacidade de ser representadas, se mesclam, ou melhor, são integradas no que eu chamei de um padrão de 'núcleo figurativo', um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias” (MOSCOVICI, 2003, p.72).

Em contrapartida, o conceito utilizado e reconhecido pela escola de Abric (2001) e Flament (2001) em relação ao núcleo figurativo, é denominado de “núcleo central”, ou seja, a representação social tem em sua composição um composto de elementos cognitivos, crenças, e outros elementos estáveis, significando que em torno desses elementos são ordenados outros princípios cognitivos, os quais são indispensáveis e consensuais na construção de uma representação (DOISE et al., 2003; MOSCOVICI, 2003).

Além do elemento núcleo figurativo identificado na objetivação, Moscovici, embasado no sociólogo – Simmel, expande em quatro momentos o processo da objetivação. Esses momentos ocorrem na seguinte sequência: 1. Desejo; 2. Avaliação; 3. Demanda e; 4. Troca.

Esses momentos da objetivação são descritos nos seguintes aspectos:

Desejo – é o primeiro momento da objetivação, é provocado pelo se faz recusar, resiste, furta-se, é proibido, tornado ausente, [...]. O desejo provoca uma tensão na

relação do sujeito com o objeto impedido de fruição imediata. Essa tensão fragmenta a unidade germinal do sujeito e do objeto. [...] o ego se destaca do objeto e os acontecimentos mentais do sujeito tronam-se distanciados do mundo físico desse objeto, embora associado a esse através do símbolo. A objetivação se exerce, portanto, sobre o objeto que se encontra afastado do desejo.

Avaliação – “situa os objetos numa escala de desejabilidade ou de aversão” (Moscovici), e que permite julgar o desejo, atribuir valor ou qualificar o objeto na referida escala.

Demanda – consiste na focalização de uma escolha sobre uma diversidade de desejos e necessidade. [...] situada entre o sujeito e o objeto, a demanda não é determinada nem por um nem pelo outro na sua totalidade, pois existe como terceira condição relacional caracterizada pela incerteza e tensão do que pretende superar.

Troca – é definida como base da vida em sociedade, é a forma primordial da relação entre os homens, em que os objetos sociais atuam como intermediação entre o que é oferecido e o que é demandado, a troca teria como finalidade não, a coisa em si, mas a solidificação dos laços de reciprocidade como sustentáculo e reforço das redes de interações sociais (NÓBREGA, 2003, p. 67-68).

Moscovici (2003) utiliza esses elementos com a intenção de clarificar como ocorre o compartilhamento da representação. Fundamentado no conceito da Representação Social e partindo da premissa que em que o autor depreende sobre ela; sendo ela um objeto social quando compartilhado por indivíduos ou grupos sociais. Visto que, é o valor compartilhado entre os membros de uma sociedade que caracteriza as RS.

4. POTENCIALIDADES E LIMITES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Partindo do pressuposto das abordagens das RS, é perceptível e possível identificar como elas fluem e são construídas dentro do âmbito das organizações. A partir da abordagem sociocognitiva interacionista que se faz conhecer como os indivíduos dentro da organização ou que com elas interagem, constroem as suas representações e que, e por meio de sua interação com o outro, produzem e compartilham aquilo que os representam. Essa construção do significado que se encontra no objeto, podendo ser ele a organização, ou seus valores institucionais, ou mesmo um gestor ou líder, ou um fenômeno ocorrido na organização que afetou diretamente aos empregados, ou aos clientes, fornecedores e sociedade. O fato é que a fundamentação das representações ocorre por meio do senso comum e, nessa dialética entre a comunicação e a linguagem, surge uma nova interpretação dos fatos no contexto organizacional, transformando a realidade instalada em uma nova realidade, além de orientar a conduta do grupo inserido.

Isso se dá ao encontro do figurativo com o simbólico. É o processo que estrutura a representação social: atribuir um significado à imagem/figura e ao significado uma figura. Nesta relação entre figura e significado ocorre a categorização e a hierarquização do objeto, podendo ser positiva ou negativa.

As RS, independente da abordagem que se considere, trazem para os estudos organizacionais perspectiva diferenciada de conhecimento válido, não só por rechaçar o conhecimento em suas perspectivas positivistas, mas por abraçar o conhecimento do senso comum compartilhado. Vários estudos têm sido realizados nesta perspectiva. No Brasil, particularmente na última década. No entanto, nota-se ausência de estudos que sistematizem as RS sobre um determinado objeto, ou tema. Pouca atenção tem sido dada nos artigos a outros estudos prévios sobre o mesmo tema, de forma a poder explorar similaridades e dissimilaridades. Esta possibilidade surge com os estudos de RS na abordagem cultural de Jodelet (2015) e estrutural de Abric (2001) Sobre o tema de gênero, por exemplo, as RS são desenvolvidas dentro de grupos sociais, porém se estes estão inseridos no mesmo contexto

cultural, o que podemos dizer a partir dos estudos de RS sobre similaridades e dissimilaridades entre os achados desses estudos? O que nos dizem os núcleos centrais dessas representações? Haverá algo em comum, se tomarmos o contexto cultural como pano de fundo? Ainda sob as perspectivas de Jodelet e Abric, o que nos dizem as RS sobre um mesmo tema, compartilhadas por grupos sociais com características comuns inseridos em culturas diferentes?

Outras possibilidades das RS em estudos organizacionais, diz respeito a RS de diferentes grupos de interesse sobre a mesma organização. Como podemos compreender a organização a partir de RS de trabalhadores, clientes, público consumidor, fornecedores e associações? Teríamos neste caso a organização enquanto um mosaico de RS. E o que pode nos dizer o estudo do desenvolvimento de RS como processo de mudança em que o que causa estranheza se torna familiar? Ou o estudo de processos de mudança sob a perspectiva do desenvolvimento de RS?

Além dos estudos organizacionais, as RS trazem contribuições para as reflexões sobre gestão, particularmente quando nos encontramos frente a cenários imprevistos e desconhecidos, para os quais os conhecimentos acadêmicos sobre gestão e são insuficientes para nortear novas formas organizacionais, como ocorre no momento atual de perplexidade frente a pandemia do COVID-19. As RS abraçam a multiplicidade de saberes (Moscovici, 1978). Frente ao desconhecido, não se pode desperdiçar saberes. As RS também trazem novas perspectivas para a gestão; trazendo clareza para a gestão envolvendo pessoas em seus diferentes papéis, uma vez que o senso comum, passa a ser compreendido como conhecimento válido. As pessoas e os grupos em seus diferentes papéis e com suas diferentes RS passam a ter importância e não apenas gestores. Ao abraçarmos as RS como forma de compreender a realidade organizacional, todas as RS são importantes, independentemente dos papéis que pessoas e grupos de interesse desempenhem.

Tendo em vista que as RS são preditivas de comportamento, conhecer as diferentes RS compartilhadas entre os grupos que dela fazem parte possibilita aos gestores agregar compreensão ao comportamento dos indivíduos e dos grupos. No entanto, as RS e seu potencial para a compreensão e gestão das organizações atuam dentro de seus limites, uma vez que a vida organizacional não é apenas por elas determinada. Cultura, forças políticas e econômicas, motivações individuais são algumas das forças que interagem com as RS influenciando o comportamento. Pesquisas contemplando a interação entre RS e outras forças da vida social, podem contribuir para melhor compreender comportamentos e condutas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar as principais abordagens de RS, o processo de construção das RS, e reflexões sobre o potencial e limites das RS no âmbito dos estudos organizacionais.

As abordagens de RS, embora diferentes, tem um ponto central em comum - o conhecimento social enquanto senso comum estruturado mediado pela linguagem como forma de interpretar e criar realidades (MOSCOVICI, 1978, 1979). Estudar organizações enquanto RS possibilita uma nova maneira promissora de compreender as organizações que, se desdobra em possibilidades e contribuições.

Nesse sentido, algumas reflexões foram apresentadas que abrem novas avenidas de pesquisa, entre elas: a) a busca de similaridades e dissimilaridades entre representações sociais sobre o mesmo objeto no mesmo contexto cultural, b) a busca de similaridades e dissimilaridades entre representações sociais sobre o mesmo objeto em contextos culturais diferentes c) o estudo de processos de mudança sob as lentes de RS.

As RS apresentam ainda potencial para contribuir com novas possibilidades de formas organizacionais, ao se fundamentarem em diferentes saberes, onde todos são importantes, sem a supremacia de alguns saberes sobre outros.

Tivemos como propósito ao desenvolver este trabalho avançar sobre possibilidades dos estudos organizacionais sob as lentes de RS, assim tentar abrir a possibilidade de novos fazeres organizacionais considerando o conhecimento do senso comum estruturado como conhecimento válido, agregando pessoas e grupos de interesse em seus diferentes papéis como a gestão organizacional, possibilitando que deixe de ser reduto do saber apenas alguns, para os saberes compartilhados de todos.

REFERÊNCIAS

ABRINC, J.C. Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. **Papers on social representations**, v. 2, p. 75-78, 1993.

_____, Jean-Claude. L'approche structurale des représentations sociales: développements récents. **Psychologie et société**, v. 4, n. 2, p. 81-104, 2001.

BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. MORORÓ, LP; COUTO, M.; ASSIS, R. (Orgs.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, p. 101-122, 2017. Doi: 10.7476/9788574554938.005

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. **As representações sociais**, p. 187-203, 2001.

_____, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>

DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLD, F. O discreto charme das atitudes: discussão de Colin Frazer. Moreira ASP, organizador. **Representações Sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Editora UFPB, p. 187-203, 2003.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**, p. 7-13, 2003.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**, ed. UERJ, p. 173-186, 2001.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. **Moscovici, Serge (comp.), Psicología Social II**, Barcelona, Paidós, p. 469-494, 1986.

_____, Denise et al. Représentations sociales: un domaine en expansion. **Les représentations sociales**, v. 5, p. 45-78, 1989.

_____, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

_____, D. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. 2003.

_____, D. Représentation sociale. In S. Mesure, P. Savidan (Eds.), *Le dictionnaire des sciences humaines*, Paris, PUF. p. 1003-1005, 2006.

_____, D. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães, título Original *Folies et représentations sociales*. 2 ed, Petropolis, RJ: Vozes, 2015

JODELET, D. La représentation: notion transversale, outil de la transdisciplinarité. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.162 p.1258-1271 out./dez. 2016
<http://dx.doi.org/10.1590/198053143845>

NÓBREGA, S. M. Sobre a teoria das representações sociais. **Representações sociais: teoria e prática**, p. 55-87, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise** - sua imagem e seu público. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.

_____, Serge. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Editorial huemul, 1979.

_____, S. **Psicología social**. Anthropos Editorial, 1984.

_____, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____, S. Prefácio. In: JODELET, D. **Loucura e representações sociais**. Vozes. Petrópolis: RJ, 2015.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W. **Dissensions et consensus**. FeniXX, 1992.

RATEAU, P.; MOLINER, P.; ABRIC, J.C. Social Representation Theory. **Handbook of Theories of Social Psychology**: v. 2, p. 477-497, 2012.

DOI: <http://dx.doi.org/10.4135/9781446249222.n50>

RATEAU, P.; MONACO, G. La théorie des représentations sociales: orientations conceptuelles, champs d'applications et méthodes (The Theory of Social Representations: Conceptual approaches, fields of application and methods). **CES Psicología**, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2013.